



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

ATA Nº 007/2020/Ordinária/CG

1 Ata da VII sessão ordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as catorze horas do dia
2 vinte e sete de agosto de dois mil e vinte, remotamente por videoconferência. A reunião foi presidida pela
3 professora Paula Ayako Tiba, Pró-Reitora de Graduação, e contou com a presença dos seguintes
4 membros: André Luis La Salvia, Coordenador do curso de Licenciatura em Filosofia; André Sarto Polo,
5 Coordenador do curso de Bacharelado em Química; Carlos Triveño Rios, Vice-coordenador do curso de
6 Bacharelado de Engenharia de Materiais; Demétrio Gaspari Cirne de Toledo, Vice-coordenador do curso
7 de Bacharelado em Relações Internacionais; Eduardo Peres Novais de Sá, Coordenador do curso de
8 Bacharelado em Física; Fernanda Graziella Cardoso, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências
9 Econômicas; Frederico Augusto Pires Fernandes, Coordenador do curso de Bacharelado em Engenharia
10 Biomédica; Giselle Watanabe, Coordenadora do curso de Licenciatura em Física; Guadalupe Maria J. A.
11 de Almeida, Coordenadora do curso de Bacharelado em Planejamento Territorial; Harlen Costa Batagelo,
12 Coordenador do curso de Bacharelado em Ciência da Computação; João Rodrigo Santos da Silva,
13 Coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; Jorge Tomioka, Vice-coordenador do
14 curso de Bacharelado de Engenharia de Gestão; Kenji Nose Filho, Vice-coordenador do curso de
15 Bacharelado de Engenharia de Informação; Luiz Antonio Celiberto Junior, Coordenador do curso de
16 Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Marcelo Oliveira da Costa Pires, Coordenador do
17 curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T); Marcelo Zanotello, Coordenador pro-tempore
18 do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE); Marcela Sorelli Carneiro Ramos, Vice-
19 coordenadora do curso de Bacharelado em Biotecnologia; Marcelo Bussoti Reyes, Diretor do Centro de
20 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Márcia Helena Alvim, Coordenador *pro-tempore* do curso
21 de Licenciatura em Ciências Humanas; Marcos Vinícius Pó, Coordenador do curso de Bacharelado em
22 Ciências e Humanidades (BC&H); Maria Estela Conceição de Oliveira de Souza, Representante Técnico-
23 Administrativo; Maria Gabriela Silva Martins Cunha Marinho, Vice-diretora do Centro de Engenharia,
24 Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Maria Luiza Levi Pahim, Coordenadora do Curso de
25 Bacharelado em Políticas Públicas; Maurício Richartz, Coordenador do curso de Bacharelado em
26 Matemática; Renato Bilotta da Silva, Representante Discente; Ricardo da Silva Benedito, Coordenador do
27 curso de Engenharia de Energia; Rodrigo de Freitas Bueno, Coordenador do curso de Bacharelado em
28 Engenharia Ambiental e Urbana; Ronei Miotto, Diretor do Centro de Ciências Naturais e Humanas
29 (CCNH); Sérgio Henrique Bezerra de Sousa Leal, Vice-coordenador do curso de Licenciatura em
30 Química; Vagner Guedes de Castro, Representante Técnico-Administrativo; Vanessa Kruth Verdade,
31 Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas; Vinícius Pazuch, Coordenador do curso
32 de Licenciatura em Matemática. **Ausências:** Guilherme Gomes Andriato, Representante Discente; Rafael
33 Celeguini Santiago, Coordenador do curso de Bacharelado de Engenharia Aeroespacial; Renato
34 Rodrigues Kinouchi, Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia. **Ausências justificadas:**
35 Claudinei Eduardo Biazoli Junior, Coordenador do curso de Bacharelado em Neurociência. **Não**
36 **votes:** Ângela Fushita, docente; Carolina Stuchi, docente e presidente da Comissão Própria de
37 Avaliação (CPA); Márcio Silva Oliveira, discente; Miguel Mira, discente; Renata Coelho, Chefe da
38 Divisão Acadêmica da Prograd; Vânia Trombini Hernandez, Vice-presidente da Comissão de Graduação;
39 Wesley Gois, docente. **Apoio administrativo:** Marcelo Sartori Ferreira, Secretário Executivo. Professora
40 Paula Tiba cumprimentou a todos e deu início à sessão às catorze horas e cinco minutos. Fez menção às
41 vítimas da pandemia, que passam de cento e dez mil, e expressou seu pesar. **Informes da Presidência.** 1)
42 Ações da UFABC frente à pandemia de COVID-19. Lembrou que na última sessão da CG realizada em
43 março, houve a comunicação de que a equipe gestora da UFABC se reuniria para planejar formas de
44 ações emergentes frente ao cenário que se desenvolvia. No dia seguinte a essa sessão, as reuniões ao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

45 longo de todo o dia, embasadas pelas informações recebidas, inclusive do Governo do Estado de SP,
46 levaram a Reitoria a suspender as atividades presenciais na UFABC a partir da segunda-feira
47 subsequente, dia 16 de março. As ações a seguir ocorreram em etapas, as quais foram resumidamente
48 apresentadas: 1) Formas de garantir a segurança (discentes, docentes, TAs, terceirizados) por meio do
49 distanciamento físico: a) Suspensão das atividades a partir de 16/03, prorrogada semanalmente até que
50 indefinidamente em 25/04; b) Suspensão do serviço de fretamento, RU, obras (algumas), empresas
51 concessionárias. 2) Formas de garantir o funcionamento mínimo da Universidade: a) Organização do
52 trabalho remoto – disponibilização de computadores para empréstimo; acesso remoto a rede UFABC
53 (VPN); processos eletrônicos (ex: para pagamento de bolsas); b) Alinhamento de diretrizes e
54 recomendações. 3) Outras iniciativas: a) Incentivo às ações de combate à pandemia: Hospital de
55 Campanha; Editais COVID; Produção de álcool em gel e viseiras de proteção b) Retomada gradual das
56 atividades ordinárias (de aulas às reuniões de conselhos e demais comissões) c) Planejamento das etapas
57 futuras. Com as atividades suspensas, vários documentos que deveriam ser entregues aos discentes
58 ficaram retidos na Central de Atendimento ao Estudante (CAE). A Prograd divulgou aos alunos que a
59 CAE estaria excepcionalmente em atividade presencial no dia 19 de março, de modo que não fossem
60 prejudicados solicitações e processos em andamento. A partir do dia 20 de março, foi implantada a
61 assinatura de termos de estágio em formato digital. Em menos de uma semana, houve um trabalho muito
62 intenso entre Prograd, Divisão Acadêmica dos Centros e NTI para fornecer uma alternativa que
63 mantivesse tal atividade. As empresas foram orientadas a atuarem de forma remota a preservar a saúde
64 dos estagiários. Foi gerada a possibilidade de colação de grau por intermédio de Ato Administrativo, via
65 publicação de Portaria. Em 27 de março houve a publicação da primeira Portaria. Já houve remotamente
66 cinco colações de grau com cerca de 700 alunos graduados dessa forma. Em seguida buscou-se forma de
67 continuar a matrícula dos ingressantes. Com anuência da Procuradoria, foi elaborado um Edital de forma
68 que todo o processo ocorresse remotamente, com o envio de documentação digitalizada. As vagas ainda
69 estão sendo preenchidas. Duas outras atividades foram transformadas rapidamente: os cursos de Revisão
70 de Tópicos do Ensino Médio, que em maio começou a ser realizado no formato remoto; o Curso de Física
71 está sendo elaborado e será ofertado remotamente também. Com a suspensão das atividades presenciais, o
72 Auxílio-evento foi suspenso brevemente, mas em seguida retomado, para contemplar somente casos de
73 inscrições em eventos realizados de forma virtual. Foi lançado Edital de Monitoria específica para
74 auxiliar os docentes durante o quadrimestre suplementar. Além dessas atividades, a equipe da
75 Coordenação dos Laboratórios Didáticos (CLD) atuou e apoiou o Núcleo Educacional de Tecnologias e
76 Línguas (NETEL) na utilização de plataformas de ensino remoto e na fabricação de viseiras, máscaras de
77 proteção e álcool em gel, os quais estão sendo disponibilizados ao Hospital de Campanha instalado no
78 Ginásio do *Campus* Santo André. À parte, várias atividades da Prograd foram mantidas sem interrupção:
79 Planejamento de Aquisições (2021) e Processos de Aquisições (2020); Atividades e pagamentos dos
80 bolsistas: PIBID-AF; PET-AF; Projetos para Melhoria do Ensino; Projetos de revisão de matemática e
81 física; Atendimento à demandas de e-SIC e Ouvidoria; Atendimento e orientação pedagógica (por e-mail,
82 telefone e WhatsApp), contagem de créditos para integralização; Avaliação de disciplinas – parceria com
83 a Comissão de avaliação do ECE; Atendimento à solicitações diversas para emissão de documentos,
84 históricos, etc., por e-mail ou Central de Serviços. A Central de Serviços foi ampliada, para serem feitas
85 mais atividades de forma remota. Houve modificação nos sites da Prograd, para facilitar os serviços por
86 meio de autoatendimento. A demanda de acolhimento dos ingressantes aconteceu graças a trabalho
87 coletivo de diversas áreas da UFABC, organizado pela Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial
88 (DEAT) da Prograd. Os eventos de acolhimento ocorrerão até o início das aulas em setembro, com uma
89 série de ações, com um calendário de *lives*, além de *newsletter* de assuntos importantes semanais para
90 esse público. Acerca das atividades de ensino, houve discussões com os Diretores de Centro, desde a
91 interrupção das atividades presenciais, por meio de reuniões diárias de planejamento e de possibilidades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

92 para essas atividades serem realizadas de modo remoto. Docentes foram consultados e, a partir de
93 levantamentos, a proposta de Estudos Continuados foi levada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e
94 Extensão (ConsEPE), sendo deliberado, após duas reuniões, que as atividades de ensino do primeiro
95 quadrimestre seriam retomadas. Em maio, começou-se o planejamento para futuros quadrimestres sendo
96 realizados remotamente, consultando, sobretudo, as coordenações de curso. Ademais, participaram do
97 planejamento a Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP), principalmente
98 acerca das questões de acesso digital, e NETEL, sobre demandas de capacitação para docentes no formato
99 remoto. Percebeu-se que o cenário se estenderia para além do prazo previsto para finalização do ECE,
100 sendo prorrogado considerando que as atividades presenciais que estariam eventualmente planejadas não
101 ocorreriam. No ConsEPE, foi proposto o Quadrimestre Suplementar (QS), o qual também foi discutido no
102 Conselho Universitário (ConsUni). Em Julho foi aprovado no ConsEPE a oferta do QS, após oito
103 reuniões entre ConsEPE e ConsUni, com início em 21 de setembro. Resumiu que no QS a quantidade de
104 oferta de disciplinas e turmas se manteve parecida com a regular, porém tendo como maior diferença a
105 redução expressiva no número de vagas ofertadas. Pela primeira vez desde 2017 menos vagas foram
106 ofertadas do que a demanda por elas. Professora Vânia detalhou o trabalho realizado pelo Comitê de
107 Planejamento e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus da UFABC. A Reitoria da UFABC publicou
108 Ato que instituiu esse Comitê, no Boletim de Serviço nº 952, de 12 de junho de 2020. A nova instância
109 tem a atribuição de estudar as condições de retorno e oferecer subsídios para que sejam tomadas as
110 providências necessárias quanto à retomada das atividades presenciais na UFABC, da forma em que isso
111 for possível. O Comitê se reúne quinzenalmente. Foi definido que algumas ações e protocolos serão
112 construídos inicialmente por algumas áreas técnicas e, posteriormente, debatidos e finalizados por todo o
113 Comitê. A meta é que ao longo do semestre sejam levantados dados com recomendações e sugestões, as
114 quais serão enviadas para a direção da Universidade e para os Conselhos Superiores. Foram levantados
115 subsídios e insumos em caso de retorno às atividades presenciais: Mapa de circulação de ar nos *campi*;
116 Análise dos protocolos e dos insumos necessários para a limpeza dos *campi*; Adesão a atas para a compra
117 de insumos e equipamentos de proteção; Utilização dos insumos produzidos pelos grupos de pesquisa da
118 UFABC (álcool gel / *face shield*); Debates com especialistas. Tais medidas estão em avaliação. Foram
119 divididos também os procedimentos por setores da universidade, que geraram protocolos setorizados
120 para: Salas de aula (Prograd); Áreas administrativas (SUGEPE): com atendimento ao público e sem
121 atendimento ao público; áreas de promoção à saúde; Bibliotecas (coordenação da Biblioteca); Restaurante
122 Universitário (PROAP); Laboratórios (PROPE e PROGRAD): Pesquisa e Didático; Áreas Comuns (PU
123 e PROAP): Acesso, Elevadores, Estacionamentos, Áreas esportivas, Copas, Banheiros e Fretados (PU).
124 Apesar dos protocolos, não há previsão ainda de quando voltarão as atividades presenciais. Frentes de
125 ação sugeridas pelo Comitê: Criação do Núcleo de Monitoramento e Testagem da UFABC: Objetivo é
126 reunir pesquisadores que estejam tratando do tema com o objetivo de produzir boletins frequentes sobre o
127 quadro da pandemia em nossa região. Além disso, visa propor parâmetros técnicos necessários para a
128 retomada das atividades presenciais na Universidade; Transformação digital: Objetivo é priorizar a
129 implementação dos módulos do Sistema Integrado de Gestão e de sistemas que permitam a migração de
130 processos físicos para o digital, reduzindo a circulação de documentos físicos. A Prograd tem hoje todos
131 seus processos em meio digital, exceto emissão e entrega de diplomas. Além disso, professora Vânia
132 destacou que o Comitê tem grande preocupação com a comunidade, de forma a mantê-la segura, tanto a
133 comunidade interna, como a externa. 2) Projeto Q Zero. Professora Ângela Fushita explicou que o projeto
134 é oriundo de dois Editais lançados pela Pró-reitoria de Graduação: Edital de Monitoria e Edital de
135 Propostas de Melhoria para o Ensino de Graduação, em 2018 e 2019. Esse projeto foi renovado em 2020.
136 O objetivo do projeto é integrar e nivelar os conhecimentos básicos dos ingressantes, com auxílio de
137 discentes monitores. Com a mudança para atividades remotas devido à pandemia, outro objetivo do
138 projeto ganhou evidência e grande importância: favorecer a inserção de novas tecnologias e metodologias



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

139 educacionais. Ambientar todos os alunos virtualmente: discentes ingressantes, veteranos de graduação e
140 pós-graduação. A coordenação geral do projeto conta com os docentes Angela Fushita, Wesley Góis entre
141 outros docentes, técnicos do NETEL e servidores da Prograd. A equipe que também participa: quatro
142 bolsistas de monitoria de graduação de 2019 e dez bolsistas de graduação de 2020. Em suma, “o Projeto
143 Q Zero a integração e a revisão de conteúdos básicos ao ingresso na vida acadêmica, em especial à
144 UFABC e suas peculiaridades. As atividades implementadas até 2020 estão disponíveis no AVA Moodle
145 da UFABC e têm o foco n@s ingressantes de 2020, na tentativa de promover a adaptação para o início
146 dos cursos de graduação (Bacharelados e Licenciatura Interdisciplinares) e, conseqüentemente, auxiliar
147 nesse momento de adaptação às condições decorrentes da pandemia de COVID-19. A primeira etapa
148 deste projeto, cujas atividades são resultado da proposta para o Edital PROGRAD Nº026/2018, envolveu
149 a gamificação da UFABC, com jogos relacionados às Pró-reitorias e estruturas administrativas da
150 UFABC, da identificação das entidades estudantis, do acesso à biblioteca e principais informações sobre
151 os campi da universidade, além de disponibilizar material de estudo com cursos de revisão e/ou
152 nivelamento (on-line)”. Essa e maiores informações estão disponíveis na página virtual do Projeto Q Zero
153 dentro do site do Netel. Na segunda etapa do projeto foram incorporados novos módulos, com especial
154 atenção o AVAÁ!!! Ambientação Virtu@l para Alunas e Alunos, que acontecerá de 17/08/2020 a
155 20/09/2020 e do componente curricular livre “Introdução aos Bacharelados Interdisciplinares e
156 Licenciaturas Interdisciplinares” a ser ofertado no Quadrimestre Suplementar”. Um dos produtos do
157 projeto é um jogo virtual chamado QZero, que promove o conhecimento da estrutura e organização da
158 UFABC. O jogo é disponibilizado pela plataforma Moodle. A segunda etapa do projeto apresenta mais
159 funcionalidades, como um curso de introdução aos BIs e Lis. Ao todo, 970 discentes se inscreveram e
160 833 desses estão efetivamente participando, com atividades como planejamento de escolha de disciplinas,
161 conceito de plágio e direitos autorais na universidade, integridade acadêmica etc. Professor Wesley
162 complementou que o curso a ser oferecido no novo módulo fortalece as atividades de monitoria e tutoria,
163 fortalecendo bastante as estratégias e acompanhamento da DEAT (Prograd). Agradeceu a todos os
164 envolvidos que se dispuseram a ajudar no projeto. Professora Ângela se disponibilizou a tirar dúvidas e
165 fornecer acesso aos docentes que quiserem visualizar e experimentar o projeto no Moodle. 3) Relatório de
166 Autoavaliação Institucional 2020. Professora Carolina Stuchi informou que a Comissão Própria de
167 Avaliação (CPA) foi definida pela Lei nº10.861/2004, que Instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da
168 Educação Superior – SINAES. O referido relatório, recebido pelos membros da CG em anexo à
169 convocação, é produzido anualmente, mas o ciclo completo de avaliação abrange três anos. O relatório
170 deste ano foi entregue ao MEC. A CPA tem obrigação de apresentar esse relatório aos Conselhos
171 Superiores da UFABC, cujo encaminhamento já foi feito. Fez uma apresentação com os seguintes
172 destaques: “Fundamentação legal da CPA: Lei nº10.861/2004, Art. 11: Cada instituição de ensino
173 superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta)
174 dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação
175 internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP,
176 obedecidas as seguintes diretrizes: I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino
177 superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os
178 segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que
179 privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; II – atuação autônoma em relação a conselhos e
180 demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. Relação entre o PDI e a CPA:
181 Metas institucionais: Avaliação (p. 150): Aprimorar a Avaliação interna da UFABC por meio da
182 Comissão Própria de Avaliação (CPA); Incentivar a comunidade universitária a participar dos processos
183 de avaliação interna da universidade. “Um dos primeiros passos para a construção de uma cultura de
184 autoavaliação seria a estruturação da CPA. A Comissão Própria de Avaliação ainda apresenta algumas
185 necessidades e carências básicas, levantadas durante o primeiro ciclo avaliativo, relacionadas com o apoio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

186 de pessoal e de infraestrutura. Seu suprimento dinamizaria o processo avaliativo e o andamento das
187 atividades, garantindo ainda uma das metas de médio e longo prazo, que é a manutenção de registros e
188 históricos avaliativos da instituição.” (p. 139) “O resultado da avaliação é um importante instrumento de
189 autoconhecimento para a instituição e, mais do que isso, subsídio para as tomadas de decisão, orientando
190 a gestão em todas as instâncias, a fim de que as realizações da UFABC sejam significativas para a
191 comunidade universitária e para a região.” (p. 136). Plano de Trabalho 2019-2022: Objetivos gerais do
192 trabalho da CPA 2019-2022: Ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a realidade institucional;
193 Contribuir para o aperfeiçoamento constante da qualidade do ensino, pesquisa e extensão da UFABC,
194 assim como para ampliar a sua relevância social; Contribuir para a criação e consolidação de uma cultura
195 de avaliação na UFABC. Objetivos Específicos: Aperfeiçoamento: Aperfeiçoar o processo de
196 autoavaliação institucional e contribuir para a criação de uma cultura de avaliação; Estratégico: Tornar a
197 CPA uma referência de informações e metodologia sobre os processos avaliativos na UFABC;
198 Comunicação: Tornar a CPA mais conhecida pela comunidade da UFABC; Impacto: Contribuir para a
199 construção de uma cultura de realização e de uso contínuo da avaliação no debate e planejamento
200 institucional na UFABC; Legal: Atender às necessidades de informação autoavaliativa da UFABC por
201 parte das devidas autoridades”. 4) Processo de Avaliação de Disciplinas da Graduação. Professora Paula
202 Tiba informou que houve um processo de auditoria interna, durante o qual a Prograd foi questionada
203 acerca da avaliação de disciplinas. A Auditoria Interna da UFABC (AUDIN) solicitou que o formato e os
204 procedimentos do processo de avaliação de disciplinas deveriam sofrer alteração. O objetivo é seguir uma
205 metodologia para acompanhamento dos encaminhamentos oriundos da avaliação de disciplinas. O
206 relatório elaborado pelas coordenações de curso pode ter formato variável, ainda que com certa
207 padronização estipulada pela Prograd. Será necessária também a elaboração de uma planilha de controle
208 pela Prograd, com base na metodologia sugerida pela AUDIN, identificando medidas a serem tomadas,
209 indicadas nos relatórios das coordenações de curso e das direções de centro. Esse instrumento de controle
210 será apresentado também na CG. Os prazos para elaboração de apresentação dos relatórios de todas as
211 partes serão postergados. A apresentação dos resultados terá a previsão de ocorrer na primeira sessão
212 ordinária da CG de 2021. Será enviado um cronograma com os novos prazos. 5) Portaria conjunta entre
213 Pró-reitoria de Graduação e Assessoria de Relações Internacionais que determina os procedimentos para
214 o estabelecimento de acordos de duplo diploma de cursos de graduação. Professora Paula Tiba informou
215 acerca da publicação do referido documento. Salientou que a demanda de duplo diploma de curso de
216 graduação aumentou, ensejando criação da citada normativa e o fluxo desse processo. 6) Indicação
217 representante discente do COMFOR-UFABC. Professora Paula Tiba informou que o Comitê Gestor
218 Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica
219 (COMFOR-UFABC) necessita da indicação de representantes discentes dos cursos de licenciatura para sua
220 composição, conforme estipula seu Regimento Interno. O representante discente na CG Renato Bilotta
221 havia indicado um aluno para representação no Comitê, mas tal estudante não estava matriculado num
222 curso de licenciatura, impossibilitando-o de assumir tal representação. Posteriormente, foram indicados os
223 discentes Kaio Barbosa Laurentino (titular) e Matheus Lopes Silva (suplente), regularmente matriculados
224 em cursos de licenciatura da UFABC. Professora Paula Tiba consultou os membros sobre a indicação da
225 dupla citada, sendo esta aprovada por unanimidade. **Informe dos membros**. 1) Questionamento acerca
226 dos critérios de seleção de discentes no sistema de matrícula. O representante discente Renato Bilotta
227 apresentou a Nota do Centro Acadêmico de Políticas Públicas, a qual julgou pertinente às discussões
228 sobre a proposta de Revisão da Resolução ConsEP nº 31 (que normatiza o ingresso nos cursos de
229 formação específica após a conclusão dos bacharelados interdisciplinares oferecidos pela UFABC): “O
230 Centro Acadêmico de Políticas Públicas gostaria de aproveitar a reunião dos representantes desta
231 comissão para chamar a atenção para um problema que afeta todos os alunos e cursos nesta universidade.
232 Os critérios para seleção de alunos em disciplina não são muito intuitivos e transparentes, o que prejudica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

233 o seu entendimento e dificulta a nossa defesa quando precisamos entrar com recursos. Essa é a primeira
234 questão. Em segundo lugar, nós conversamos com uma funcionária da Divisão Acadêmica que tirou
235 nossas dúvidas a respeito do processo de classificação dos alunos e, ter reserva de vaga ou matrícula nos
236 cursos pós-BI garante que os alunos tenham prioridade, desde que a matéria seja obrigatória ou opção
237 limitada. Acreditamos que as disciplinas obrigatórias não deveriam ter o mesmo peso das disciplinas de
238 opção limitada, visto que há várias opções para uma disciplina limitada, ofertadas em vários
239 quadrimestres, enquanto que as disciplinas obrigatórias necessariamente deverão ser feitas para a
240 integralização do curso. Hoje, na forma como ocorre, é possível que alunos de outros cursos que a
241 disciplina é opção limitada tenham prioridade se eles tiverem um CPk mais alto que um aluno cuja
242 disciplina em questão é obrigatória para seu curso. Porém, o prejuízo é maior para o aluno da obrigatória
243 porque a disciplina costuma ser ofertada uma vez ao ano, então ele fica mais afastado da conclusão do
244 curso. Além disso, sabemos que a Resolução 31 do CONSEPE, que considera o Ik como critério de
245 classificação, não está sendo seguido, já que nas próprias orientações da matrícula está escrito que se
246 considera o Curso, seguido de turno e CP. Assim exposto, o que gostaríamos de sinalizar é a importância
247 e a urgência de se rever as normas que regulamentam a classificação dos alunos na matrícula em
248 disciplinas, de forma a reduzir as distorções que ocorrem. O não cumprimento das normas pode acarretar
249 problemas jurídicos para a universidade, além de prejudicar os alunos não só no acesso às disciplinas,
250 mas também na defesa dos seus direitos. Agradecemos desde já pela atenção de vocês”. Renato
251 aproveitou o ensejo para solicitar o retorno da discussão sobre a revisão da Resolução ConsEP nº 31.
252 Professora Paula Tiba esclareceu que a seleção de disciplinas obrigatórias juntamente com as de opção
253 limitada acontece para atender a Resoluções vigentes. Um dos objetivos da revisão da normativa é separar
254 na oferta as disciplinas obrigatórias e as de opção limitada. As normas para o Quadrimestre Suplementar,
255 aprovadas pelo ConsEPE, são excepcionais e tem validade nesse momento de exceção, devido à
256 pandemia. O pedido dos discentes está sendo considerado na proposta de revisão da Resolução ConsEP nº
257 31. O assunto que já estava sendo tratado em reuniões anteriores não consta da pauta, devido à
258 necessidade de se realizar estudos e simulações, as quais foram solicitadas pelos membros na última
259 sessão da CG. Considerando as discussões havidas sobre essa revisão, cumpre retornar as mudanças na
260 proposta ao Grupo de Trabalho, junto aos resultados dos estudos e simulações, para que sejam avaliadas.
261 As alterações propostas nas normas e nos pesos dos coeficientes podem acarretar impactos extremos. Há
262 muitas variáveis que não se pode controlar e, para considerá-las, é necessária sua análise da forma mais
263 completa possível. Esses foram os motivos pelos quais a proposta de revisão ainda não retornou ainda à
264 pauta da CG. **Ordem do Dia.** 1) Ata da I sessão ordinária da CG, ocorrida em 20 e 27 de fevereiro.
265 Professora Paula Tiba abriu espaço para comentários e sugestões. Sem manifestações, a proposta foi
266 colocada em votação, sendo aprovada com cinco abstenções. 2. Ata da II sessão ordinária da CG, ocorrida
267 em 12 de março. Professora Paula Tiba informou que houve uma correção ortográfica indicada pela
268 professora Vanessa, a qual já foi acatada. Abriu espaço para comentários e sugestões. Sem manifestações,
269 a proposta foi colocada em votação, sendo aprovada com seis abstenções. 3) Aprovação ad referendum
270 do Ato Decisório CG que formaliza acordo de mobilidade e aditivo de duplo diploma entre a UFABC e a
271 Polytech Sorbonne, França, para fins de obtenção de título de Bacharel(a) em Ciência e Tecnologia e
272 Bacharel(a) em Engenharia de Materiais para estudantes da Polytech Sorbonne e de Engenheiro(a),
273 Especialização Materiais-Química para estudantes da UFABC. Professora Paula Tiba lembrou os
274 membros da Portaria conjunta entre Prograd e Assessoria de Relações Internacionais (ARI), citada nos
275 informes, e complementou que essa normativa estabelece o fluxo para aprovação dos acordos dessa
276 ordem entre a UFABC e outras universidades. Explicou que os documentos desse acordo podem ser
277 conferidos no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC). Professor Carlos
278 Triveño, coordenador do curso de Engenharia de Materiais, salientou a importância da aprovação e
279 agradeceu a colaboração da Prograd. Sem manifestações, a proposta foi colocada em votação, sendo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

280 aprovada por unanimidade. 4) Aprovação *ad referendum* do Ato Decisório CG que prorroga mandato dos
281 atuais representantes discentes e técnico-administrativos na Comissão de Graduação (CG) até a posse dos
282 novos representantes das referidas categorias, nesta comissão, e definição sobre possível realização de
283 eleição virtual. Professora Paula Tiba explicou que tal Ato Decisório foi aprovado em razão do fim do
284 mandato dos representantes eleitos, que aconteceu após a paralisação das atividades presenciais devido à
285 pandemia. O representante discente Renato Bilotta questionou se o processo eleitoral seria feito
286 totalmente via SIG Eleições e que, se fosse por esse meio, poderia ser realizado. Contudo, relevou que o
287 processo eleitoral virtual acarreta problemas de comunicação. Demonstrou preocupação com a falta de
288 candidatos para representações discentes, em especial no cenário de Quadrimestre Suplementar. Sinalizou
289 a possibilidade de não haver candidatos discentes suficientes. Dado o exposto, posicionou-se
290 favoravelmente à prorrogação dos mandatos dos representantes eleitos, conforme Ato Decisório. Fez a
291 sugestão de um encaminhamento: definir a prorrogação dos mandatos dos representantes eleitos até a
292 realização do próximo processo eleitoral regular, em março de 2021, ou a prorrogação desses mandatos
293 até a última sessão da Comissão de Graduação deste ano, considerando a possibilidade da retomada das
294 atividades presenciais. Colocou-se à disposição para permanecer na representação discente até que se
295 realize nova eleição. Professora Paula Tiba salientou que no Ato Decisório já há a previsão de
296 prorrogação até a posse de novos membros eleitos. Consultou o posicionamento dos representantes dos
297 técnicos administrativos. Os representantes técnico-administrativos Vagner Guedes e Maria Estela se
298 manifestaram dispostos a permanecer na representação até que se realize nova eleição. Professora Paula
299 Tiba sugeriu como encaminhamento manter a representação atual e retomar o assunto em dezembro, para
300 que novos representantes tomem posse no início do próximo ano, mediante processo eleitoral. Professor
301 Fábio questionou se a nomeação não deveria ser *pro tempore*. Considerou que o mandato fora concluído
302 em tempo regular. Dessa forma, tornaria adequada a denominação legal sugerida para essa prorrogação.
303 Professora Paula Tiba concordou e afirmou que tal questão seria assim encaminhada. Sem mais
304 comentários ou sugestões, colocou o documento em votação juntamente com o encaminhamento de
305 manter a representação atual e retomar o assunto em dezembro, para que novos representantes tomem
306 posse no início do próximo ano, mediante processo eleitoral, sendo tal proposta aprovada por
307 unanimidade. **Expediente.** 1) Solicitação de recurso do aluno Márcio Silva Oliveira referente ao
308 indeferimento de suas solicitações de matrícula para módulos curriculares de Estágios Supervisionados de
309 licenciatura. O discente Márcio Silva Oliveira ressaltou a importância de se dar oportunidade de fala a
310 todas as categorias da comunidade acadêmica em todas as instâncias da universidade. Informou que em
311 termos práticos sua solicitação não geraria efeitos, considerando o contexto da pandemia, mas ressaltou
312 que para o próximo ano e em demais casos semelhantes seria importante avaliar sua questão. Afirmou
313 considerar que todos os membros desta Comissão teriam lido sua solicitação, considerando os
314 documentos recebidos anexos à pauta. Um dos quais apresenta sua demanda e contextualiza a situação
315 que a ensejou: “Sem deixar de fazer algumas considerações iniciais que me parecem construtivas e
316 necessárias, tentarei ser objetivo, e, se possível, pediria paciência e boa vontade para serem
317 cuidadosamente apreciadas. Agradeço imensamente a todas que, ao longo deste assunto (para mim
318 extremamente caro), foram capazes de entender o apelo que transcende as relações instrumentais; as
319 quais, embora necessárias e dignas de defesa, não podem jamais - acredito - incorrer no equívoco de nos
320 fazer esquecer que, quando argumentos deixam de ser, no mínimo, ouvidos e soluções deixam de ser
321 buscadas (em prejuízo daqueles, para os quais, no limite da análise, toda
322 Constituição/Normativa/Resolução deveria objetivar acolher), estamos falhando ao colocar os
323 instrumentos acima de seus propósitos, em colocar regimentos acima daquilo que ele próprio objetiva
324 reger. Faço especial agradecimento à Ouvidoria da UFABC por ter promovido (ao meu ver, no meu caso)
325 uma inicial orientação para o diálogo entre as unidades desta instituição; diálogo este que, se não
326 ocorresse, seria levado a exemplificar a perda do sentido de propósitos; seria a confirmação de que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

327 argumentos não mais importariam; seria não perceber que a soberania do conjunto da instituição poderia
328 tornar-se refém da falta de diálogo e eventual incapacidade das unidades em mais buscar soluções
329 integradas, que normalizar o absurdo de dedicar energia justificando decisões mais fáceis. Esclareço:
330 Entenda-se por "decisões mais fáceis" (acima citada), aquelas que, embora legítimas e amparadas sob a
331 égide dos instrumentos burocráticos, esquece-se de refletir sobre o impacto maior na vida dos indivíduos
332 (pessoas, gente, humanidade) que, pelas partes (aquelas que não se justificam isoladamente), deveriam ser
333 amparadas e não por elas alvejadas em benefício da rasa citação de instrumentos que, respeitada a ciência
334 da razão, deveriam buscar servir. Faço estas ressalvas não motivado por sentimentos de mágoa, frustração
335 (ou algum outro que os valham), mas por entender que também sou responsável pela Instituição da qual
336 faço parte e, direta ou indiretamente, represento o perfil combativo e atuante desta comunidade. Desta
337 forma, tenho o dever de não calar (a partir da perspectiva daqueles que são afetados por eventuais
338 equívocos decisórios), tentando trazer à luz fatos que, se não reavaliados, só fariam perpetuar a
339 insuficiente postura de que bastaria cada unidade "fazer sua parte" e, assim, não reconhecendo que é mais
340 necessário INTERagir com os pares, ouvir os argumentos, dialogar, tentar entender e buscar soluções, ao
341 invés de, simplesmente, negar pedidos e recursos com a mais plena convicção de que basta atribuir
342 responsabilidades (não participativa) a outras unidades. Peço desculpas se, dada a frieza da palavra
343 escrita, causei má interpretação de todos os meus pedidos de apoio, pedidos de ajuda; ainda assim, não
344 recuo em continuar sustentando que o CCNH poderia ter sido mais colaborativo em reconhecer a
345 pertinência argumentativa e ter, por exemplo, enquadrado o recurso como caso tácito de omissão (o que já
346 estaria coberto pela Resolução em seu artigo 20) e, por consequência, economizando tempo, esforços,
347 enfim, recursos públicos, ao invés de insistir no que me pareceu (até então estando eu sob o efeito da forte
348 emoção causada) incompatível com as disponíveis competências de julgamento e articulação de saberes
349 (para além do binário) que existe dentro de um espaço de excelência no qual identifico a Universidade
350 Pública. Concluo minhas considerações destacando também meus agradecimentos à Comissão de
351 Graduação por ter se colocado a disposição para apreciar, ainda na próxima sessão, minhas sugestões de
352 ajuste à Resolução Nº .18 (a qual já havia elaborado um esboço). Reconheço não ser aqui o melhor canal
353 para desenvolver alguns diálogos mais longos, porém, na falta de melhor opção, continuam copiados
354 neste e-mail todas aquelas que, de alguma forma, precisei buscar na tentativa de entender a situação e
355 fazer-me ouvir (mas não tenho resistência alguma para adotar canais mais formais se necessário e
356 desejado for). Findadas as considerações, sigo agora apresentando à Comissão de Graduação meu pedido
357 de análise para um eventual ajuste à Resolução de número 18 da mesma (pesquisar por "Onde consta:").
358 Em tempo: Tão logo eu consiga ajustar a redação abaixo para um formato que a CG julgue mais
359 apropriado/legítimo, coloco-me a disposição para fazê-lo (só preciso ser orientado sobre como proceder).
360 "RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO Nº 018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017" Onde
361 consta: ANEXO I DISCIPLINAS DE CARÁTER PEDAGÓGICO DO NÚCLEO COMUM DAS
362 LICENCIATURAS DA UFABC, CITADAS NO ART. 4º, INCISO II DESTA RESOLUÇÃO
363 Desenvolvimento e Aprendizagem; Didática; Políticas Educacionais. Mudar de: [...] ART. 4º [...]
364 Desenvolvimento e Aprendizagem; Didática; Políticas Educacionais. Para: [...] ART. 5º [...]
365 Desenvolvimento e Aprendizagem; Didática; LIBRAS; Políticas Educacionais. Onde consta: Art. 5º Para
366 realizar a matrícula no módulo curricular de Estágio Supervisionado, o licenciando deverá ter cumprido
367 as seguintes exigências: I – ter cursado com aprovação, ou estar matriculado em uma ou mais disciplinas
368 de Prática de Ensino do respectivo Curso de Licenciatura; II – ter cursado com aprovação ao menos uma
369 das disciplinas de caráter pedagógico do núcleo comum das Licenciaturas da UFABC discriminadas no
370 Anexo I desta Resolução; III – estar matriculado ou ter reserva de vaga no Curso de Licenciatura em que
371 deseja realizar o estágio ou ter CPk igual ou superior ao estabelecido em normatização da Coordenação
372 do referido Curso. Parágrafo único. Cumpridas as exigências indicadas, os alunos poderão iniciar suas
373 atividades de estágio antes da conclusão dos respectivos cursos interdisciplinares. Incluir um novo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

374 parágrafo visando complementar OU substituir OU combinar o critério já aproveitado no II: IV – De forma
375 alternativa a exigência prevista no II parágrafo, ou seja, complementa-se ou substitui-se ou combina-se a
376 exigência prevista no II parágrafo da seguinte forma: Sendo o Estágio Supervisionado relativo a algum
377 curso específico, ou seja, Estágio Supervisionado relativo a cursos pós interdisciplinares, ter cursado com
378 aprovação ao menos uma das disciplinas de caráter pedagógico do respectivo curso específico. Onde
379 consta: Art. 9º Compete às Coordenações dos Cursos de Licenciatura específicos: I – Assinar Termos de
380 Compromisso e Termos Aditivos de Compromisso de Estágio, conforme determina a Portaria da Reitoria
381 nº 90, de 23 de fevereiro de 2011; II – Providenciar, junto à Direção do respectivo Centro, a publicação
382 de Portaria definindo a forma de contabilizar a redução de carga horária de Estágio Supervisionado, nos
383 casos citados no Art. 6º desta Resolução, e o CPk mínimo exigido para a matrícula no módulo curricular
384 de Estágio Supervisionado; III – Deferir ou indeferir recursos :a) relacionados a reprovações obtidas nos
385 módulos curriculares de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura correspondente; b)
386 relacionados à redução da carga horária do Estágio Supervisionado curricular nos casos do Art.6º desta
387 Resolução; Incluir o seguinte item ao III parágrafo: c) Relacionados a solicitação de matrícula ao Estágio
388 Supervisionado relativo ao curso sob sua coordenação. Certo de que faço parte de uma comunidade que
389 tem em sua essência a capacidade de orientar os ajustes que se fizerem possíveis e necessários, agradeço
390 mais uma vez a todos pelos esforços despendidos em prol de uma Universidade em constante progresso
391 (sem, contudo, esquecer que a mesma é constituída por gente e suas necessidades humanas)”. Professor
392 Fábio pediu um esclarecimento do mérito da questão, se tal não geraria mais efeitos neste ano. Se for o
393 caso, a matéria entraria em prejuízo. Márcio respondeu que, para seu caso particular, não geraria efeito,
394 porém ajustes na Resolução CG nº 18 evitariam prejuízos para casos semelhantes futuros. Complementou
395 que atendeu ao requisito de ter cursado uma disciplina de cunho didático-pedagógico do curso de
396 Licenciatura em Filosofia. A coordenação do curso concordou com a solicitação e em seu entendimento
397 declarou que estaria apto a se matricular na disciplina de estágio. Contudo, a divisão acadêmica do
398 CCNH, amparada pela Resolução CG nº 18, indeferiu sua solicitação de matrícula. Professora Paula Tiba
399 esclareceu que os casos de estágios das licenciaturas apresentam particularidades, as quais acarretaram a
400 criação da referida Resolução. Considerou que, caso os membros decidam por acatar seu pedido de
401 alteração, tal mudança motivaria revisão da normativa, a qual entraria em vigência somente após sua
402 aprovação, e somente para novas solicitações. Salientou que na referida norma não há previsão de outras
403 instâncias de recurso, a não serem aquelas que já avaliaram o caso. Professor André, coordenador do
404 curso de Licenciatura em Filosofia e coordenador de um dos estágios solicitado pelo demandante,
405 manifestou-se. Alterar a Resolução contemplaria alguns alunos que ingressaram pelo Bacharelado em
406 Ciências e Humanidades (BC&H). Com as Licenciaturas Interdisciplinares (LIs), os discentes cursarão
407 desde o primeiro quadrimestre as disciplinas que não haviam sido sugeridas tempestivamente ao Márcio.
408 Se a CG achar pertinente, seria possível abrir a discussão para flexibilizar a matrícula nos estágios, sem
409 cursar as disciplinas referidas na norma em questão. Informou que a Resolução do Conselho Nacional de
410 Educação (CNE) de julho de 2019, aquela que norteia a revisão dos PPCs dos cursos de licenciatura, pede
411 que os alunos se envolvam nas disciplinas dos estágios desde o início do curso. Opinou que o quanto
412 antes os discentes tiverem vivência na escola seria melhor. Acenou que esse entendimento ensejaria
413 modificação na norma atual, a qual abrangeria casos de alguns outros alunos. Professor Ronei lembrou
414 que a base do Projeto Pedagógico da UFABC permite que os discentes tenham liberdade de escolherem
415 as disciplinas a cursar e construir suas trajetórias acadêmicas. Os discentes das licenciaturas, para se
416 matricularem nos estágios, devem atender ao disposto na Resolução CG nº 18 de 2017. Ela define
417 claramente no Art. 5º os requisitos para matrícula nos estágios supervisionados desses cursos. Entre os
418 requisitos, está o de cursar com aprovação uma das disciplinas: Desenvolvimento e Aprendizagem,
419 Didática ou Políticas Educacionais. O requerente por alguma razão optou por não atender a esse requisito,
420 o que lhe é uma opção legítima. Mesmo assim, o requerente ainda entende que poderia se matricular nos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

421 estágios supervisionados. A existência de uma normativa clara a esse respeito não permite que a
422 solicitação do discente seja tratada como um caso omissivo, considerando as argumentações do requerente
423 em suas solicitações e nas demais etapas de recurso. Se a Divisão Acadêmica do CCNH e a Direção desse
424 Centro as atendessem, essas instâncias estariam cometendo uma falta funcional grave, ao favorecer uma
425 pessoa em detrimento das normas vigentes, estando sujeitos às devidas sanções legais. Ressaltou que a
426 Divisão acadêmica do CCNH orientou o requerente em todas as etapas de solicitação e recurso, não se
427 tratando de falta de diálogo ou de falta de empatia. Caso se delibere a solicitação do discente, seria
428 configurada alteração da norma vigente, e não o deferimento de sua solicitação de matrícula pelas regras
429 atuais, como ele pleiteava antes. Professor Maurício opinou que a discussão aparentava se dirigir para a
430 mudança da Resolução CG nº 18. Sugeriu que algum membro solicitasse, se fosse sua intenção, a
431 inclusão na pauta de uma proposta de alteração. Professor Eduardo Novais opinou que deveria partir dos
432 representantes dos cursos de licenciatura o pedido de revisão da norma, se necessário. O discente Márcio
433 esclareceu que sua solicitação era de não perder um estágio ofertado no 1º quadrimestre de 2020 e que só
434 viria a ter oportunidade de cursá-lo no 1º quadrimestre de 2021, somente se até tal período, ele
435 conseguisse cursar uma das três disciplinas exigidas pela Resolução CG nº 18. Afirmou não haver recusa
436 em cumprir normas e nem defesa de interesses unicamente pessoais. Quando suas proposições foram
437 feitas, com alguma adaptação, é por se ter tido absoluta clareza de que a mudança poderia impactar
438 benéficamente outros alunos. Ao se considerar acréscimo de disciplinas de cunho didático-pedagógico
439 para a norma em comento, tal legitimaria a discentes se matricularem no estágio supervisionado. Essa
440 mudança não se configuraria em acatar um pedido de exceção, mas avaliar o mérito e o sentido da
441 Resolução CG nº 18. Professora Paula Tiba esclareceu que o entendimento é o de não haver possibilidade
442 de recurso à luz da norma vigente, conforme mencionado pelo Prof. Ronei. Informou que a interpretação
443 dada ao pedido do discente quanto à inclusão deste item na pauta foi a de que, conforme documentação
444 recebida, poderia haver um desentendimento entre a Coordenação do Curso de Licenciatura em Filosofia
445 e a Divisão Acadêmica que cumpriu a regra em vigor. Em certos casos, a coordenação tem prerrogativa
446 de acatar e deliberar acerca de situações não previstas. Lembrou que qualquer membro pode sugerir
447 inclusão de item na pauta da CG. Ademais, ocorrendo ou não mudança na Resolução discutida,
448 considerou relevante a elaboração de disposições transitórias para alunos que não ingressaram pelas LIs,
449 visando a evitar problemas em casos futuros. Tais disposições, se propostas, também deveriam seguir o
450 trâmite regular de deliberação na CG. Professor Marcelo Reyes pediu questão de ordem quanto à
451 definição clara do assunto a ser deliberado. Ressaltou que, se for entendida como mudança da Resolução,
452 esta deverá ser clara e deverá seguir adequadamente o fluxo administrativo. Se for entendida como
453 recurso de indeferimento de matrícula, a questão já foi exaurida e estaria fora de mérito. Professora Paula
454 Tiba esclareceu que esta discussão não trata da revisão da Resolução CG nº 18, mas se teve a
455 interpretação de que haveria a possibilidade de esta Comissão avaliar o recurso do discente, considerando
456 a discordância entre o entendimento da Coordenação do Curso frente ao caso exposto e os
457 encaminhamentos nas instâncias anteriores. Afirmou que o item da pauta relativo ao caso do aluno
458 Márcio poderia servir como sugestão para uma alteração futura na norma, se houver manifestação nesse
459 sentido, mas não neste momento. Professor André esclareceu que não foi o caso de a Coordenação ter
460 entendimento diverso das normas e dos encaminhamentos em instâncias anteriores. No Projeto
461 Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Filosofia, são consideradas disciplinas de cunho didático-
462 pedagógico todo um rol de disciplinas do qual constam as três disciplinas prescritas na Resolução CG nº
463 18. Quando a análise do recurso voltou da Direção do CCNH, julgando que o requerente teria de ter
464 cursado uma das três disciplinas específicas e não a disciplina que ele havia cursado, o entendimento do
465 curso foi consonante, desde então, com o indeferimento do pedido de matrícula, sob a égide da norma
466 vigente. A partir daquele momento, foi informado ao discente que não havia mais hipótese de recurso e
467 que ele deveria se matricular numa das três disciplinas. Concordou com a questão de ordem e o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

468 encaminhamento sugerido pela Presidente. O representante discente Renato Bilotta concordou que não
469 haveria opção de recurso, conforme exposições apresentadas. Relevou que há razão de ser na demanda do
470 requerente. Afirmou lhe causar espanto a disciplina Libras não ser comum a todas as licenciaturas. Em
471 vista das LIs, opinou que deveria haver revisão da Resolução CG nº 18. Apesar de tudo, a discussão foi
472 proveitosa, pois elucidou que a norma referida apresenta lacunas. Reforçou que os discentes prezam pela
473 existência de normas claras e por tal muitas regras da universidade são revistas e reformuladas. Se os
474 coordenadores das Licenciaturas Interdisciplinares e dos demais cursos de licenciatura quiserem trabalhar
475 na revisão da norma, declarou interesse em participar das discussões e comprometeu-se a trazer as
476 reivindicações e sugestões dos discentes desses cursos. Vagner Guedes, representante técnico-
477 administrativo e chefe da Divisão Acadêmica do CECS, opinou que se deve tomar cuidado em deferir
478 exceções e tornar dúbias normas claras. Considerando as discussões, sugeriu que futuramente se criasse
479 um Grupo de Trabalho (GT) para se debruçar sobre esse assunto, de modo a ampliar o rol de disciplinas a
480 permitirem matrícula nos estágios supervisionados dos cursos de licenciatura. Sem mais comentários ou
481 sugestões, professora Paula Tiba retomou o entendimento de que a discussão desse item deveria ser
482 encerrada, pois não haveria questão a ser deliberada. Consultados os membros, tal encaminhamento foi
483 aprovado sem manifestações contrárias. Informou que, devido à ausência de itens na pauta da próxima
484 reunião, a VIII sessão ordinária da CG, prevista para ocorrer nos dias 3 e 10 de setembro, seria cancelada.
485 Pediu ao secretário Marcelo Sartori que fizesse a leitura, para registro, dos membros presentes nesta
486 sessão, realizada remotamente. Por fim, agradeceu a todos e encerrou a sessão às dezessete horas e dez
487 minutos, cuja ata foi lavrada por mim, Marcelo Sartori Ferreira, Secretário Executivo, e aprovada pela
488 professora Paula Ayako Tiba, Pró-Reitora de Graduação, e pelos demais membros presentes à sessão.-----

PAULA AYAKO TIBA
Presidente

VÂNIA TROMBINI HERNANDES
Vice-presidente

MARCELO SARTORI FERREIRA
Secretário Executivo